

FOLHEAR E REFLETIR: MST e Educação (1984 – 1990)

Fabiano Coelho

Doutorando em História – UFGD

Técnico em Assuntos Educacionais – COAE/UFGD

E-mail: fabianocoelho@ufgd.edu.br

Resumo

Em sua trajetória histórica, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) vem construindo discursos enfatizando a luta social para além da terra, ou seja, a reforma agrária defendida pelo Movimento não se desvincula de outros aspectos básicos para se viver nos assentamentos como saúde, educação, saneamento básico etc. Neste trabalho, pretende-se, a partir de uma análise histórica, estabelecer algumas reflexões sobre a relação do MST para com a educação entre os anos de 1984 e 1990. As considerações elaboradas provêm, especialmente, da análise do *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Compreende-se, por meio desse periódico, no período delimitado, que o MST dimensionou significativamente seu olhar sobre a educação, organizando diversos encontros de educadores, no intuito de proporcionar troca de experiências e discussões que privilegiassem questões ligadas às escolas do campo.

Palavras-chave: MST; Educação; Sem-Terra; *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*.

BROWSING AND CONTEMPLATING: MST and Education (1984 - 1990)

Abstract

The Movimento Sem Terra (MST), the primary social movement of landless cultivators in Brazil, is constructing a public discourse emphasizing larger social struggles rather than land acquisition per se. Although defending agrarian reform, it doesn't ignore other basic aspects of life in its settlements, with health, education, and basic sanitation, being some of these concerns. This work, starts with a historical analysis, specifying the relationship of MST to education in the period from 1984 to 1990. The analysis is supported by documentary material from the official newspaper of the MST. This newspaper, during the period under analysis, covered the MST's engagement with education, including several organized encounters with educators, for the purpose of exchanging experiences and having focused discussions on rural schools.

Key-words: MST, education, landlessness, MST Newspaper.

Ao tentar discutir alguns momentos históricos em que se evidencia a preocupação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) com a educação¹, entende-se que é necessário, num primeiro momento, abordar breves considerações sobre a organização do Movimento². O recorte temporal escolhido para edificar este estudo contempla os anos de 1984 a 1990. Esta escolha se deve ao fato de que em 1984 o MST foi criado oficialmente como um movimento social na luta pela terra, enquanto que no ano de 1990, conforme as fontes analisadas, sua organização direcionou com maior intensidade seu olhar para a educação do campo.

Para a escrita do trabalho, analisaram-se fontes impressas publicadas pelo MST, mais especificamente, o *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, ou *Jornal Sem Terra*³. Este jornal era editado inicialmente na cidade de Porto Alegre, passando, a partir de março de 1985, a ser editado em São Paulo, e contava, no corpo de editores, com pessoas vinculadas ao Movimento⁴. Esse periódico circulava entre os integrantes do Movimento e junto a pessoas e grupos que simpatizavam com a ideologia política e com a luta pela terra empreendida por sua organização.

Ao investigar os jornais editados no período estudado, percebeu-se que sua preocupação inicial era sistematizar notícias em relação à luta pela terra em vários estados do país, sendo reservada uma página para cada estado onde o Movimento atuava. Entre os fatores que chamam a atenção na análise do *Jornal Sem Terra* está, por exemplo, a preocupação incessante do Movimento em contestar as ações do Estado e dos órgãos responsáveis em efetivar a reforma agrária quanto à violência e à repressão que os trabalhadores sem-terra vinham sofrendo. Além disso, pretende-se evidenciar o apoio dos diversos segmentos da sociedade para com a causa dos trabalhadores e trabalhadoras, principalmente de lideranças religiosas.

Analisando o periódico no período delimitado, a questão da educação não era muito contemplada nas edições, salvo alguns acontecimentos que ocorreram no ano de 1990. Por meio do *Jornal Sem Terra*, pode-se ter acesso a documentos relevantes produzidos pelo MST. A reflexão no trabalho será pontuada principalmente a partir dos documentos finais construídos pelo Movimento em seus

dois primeiros Congressos Nacionais, os quais foram acontecimentos marcantes para a história do Movimento. Pela pauta de discussão dos dois Congressos e pelos documentos elaborados no transcorrer dos mesmos, acredita-se ser possível tecer considerações sobre as visões primordiais do Movimento na época, bem como a compreensão que traziam quanto à educação nos assentamentos.

É preciso ressaltar que se teve contato com apenas um tipo de material produzido pelo Movimento no período abordado, por isso podem existir outras fontes que sejam mais elucidativas. Porém, as fontes analisadas oferecem possibilidades de interpretação face ao passado do MST e sua preocupação com a educação. Destaca-se que não se pretende com este trabalho encerrar a discussão de tal assunto, mas contribuir com a temática e, quem sabe, estimular outros pesquisadores a abordá-la com mais profundidade.

Contextualizando a construção do MST

No estudo sobre a construção do Movimento, torna-se imprescindível analisá-lo à luz do contexto político, social e econômico que o Brasil vivenciava desde a década de 1960, com o Regime Militar. Outro fator interessante que precisa ser destacado se refere ao fato de que o MST não surgiu de uma maneira espontânea e desorganizada. Pelo contrário, sua sistematização ocorreu pelo amadurecimento político de muitos trabalhadores rurais sem-terra que visualizavam, na organização coletiva, um aspecto poderoso em prol da reforma agrária.

Em relação às concepções de que os trabalhadores rurais eram impotentes para se organizarem coletivamente em reivindicações por seus direitos, especialmente em fins da década de 1970 e início dos anos de 1980, ocorreram ações que atestavam o oposto. Ao estudar os movimentos sociais no campo, Cândido Grzybowski (1987) elucida que as organizações de trabalhadores rurais se intensificaram nesse período. A sua amplitude era revelada em números e nas atuações em diversas regiões. Este autor observou a diversidade de movimentos sociais que nasciam no campo, determinados por suas contradições,

nos modos de viverem e nas formas distintas dos grupos enfrentarem a luta pela terra. Nessa direção, ressalta que os movimentos sociais não poderiam ser encarados como homogêneos em sua extensão, nem tampouco em sua composição social interna e, a luta pela terra se configurava na luta contra a “expropriação” e “exploração”.

Quando se refere aos conceitos “expropriação” e “exploração”, é fundamental revisitar as ideias de José de Souza Martins,⁵ que contribuíram de forma significativa para o entendimento de questões relacionadas à política no campo, à reforma agrária e aos movimentos sociais, e em face da perversidade do capitalismo ao adentrar no campo, sobretudo, entre as décadas de 1960 e 1980. Os processos de expropriação e exploração se constituem enquanto uma combinação. De acordo com Martins (1991), em meio aos anos de 1960, principalmente, após o Golpe Militar de 1964, ocorreu um processo violento de expropriação de pequenos lavradores, representados por pequenos proprietários, posseiros, arrendatários e parceiros. Este fenômeno foi delineado particularmente por grandes empresas capitalistas, apoiadas com incentivos fiscais providos pelo Estado.

É possível dizer que a questão fundiária brasileira teve (e ainda tem) duas faces: a “expropriação” e “exploração”. Martins aponta que no país sempre houve uma clara concentração de terras, em que os pequenos lavradores foram perdendo cada vez mais os seus espaços para a efetivação das grandes fazendas. Entretanto, em fins da década de 1960, esse processo não foi conduzido apenas pelos chamados “coronéis” ou “latifundiários”. A concentração de terras passou a ser alvo das grandes empresas nacionais e multinacionais, geralmente, subsidiadas por amplos incentivos fiscais do Estado.

No que diz respeito à política desenvolvida pelo Estado, favorecendo ainda mais a concentração de terras no país, José Graziano da Silva (1981) complementa o que vinha sendo discutido. Em suas análises sobre a política do Governo face ao campo nos anos de 1960-70, salienta que tais políticas perpetuavam a expropriação dos pequenos trabalhadores rurais. E para, além disso, a política estatal desenvolveu um fenômeno que ele chama de “modernização dolorosa”, por ser conservadora. Isso é explicado pelo fato

de se ter modernizado tecnologicamente o campo, avançado a fronteira agrícola, mas se manter o grande latifúndio. Por meio da implementação de diversos recursos financeiros para os grandes proprietários de terras, com o intuito de modernizar o campo, o Estado acabou por piorar a situação dos trabalhadores rurais. Sem condições para competir com a grande propriedade e diante das pressões exercidas por latifundiários, muitos deles foram somar a quantia dos inúmeros expropriados neste período.

Segundo Silva (1981), a transformação da agricultura brasileira prejudicou muito a pequena propriedade, pois os créditos rurais para modernizar o campo eram adquiridos apenas por grandes proprietários de terras. Desta forma, muitos desses recursos foram utilizados na compra de mais terras, contribuindo para a concentração fundiária. O autor ressalta que essa modernização foi dolorosa em virtude de ser lenta, restrita e oligopolista. Nesse sentido, tal modernização proposta pelo Estado se tornou conservadora, ou seja, não transformaram as estruturas. Intensificou-se a tecnologia no campo, mas não se questionou a estrutura fundiária, pelo contrário, auxiliou na expropriação de milhares de famílias do campo.

A modernização conservadora contribuiu com o processo de expropriação, que de maneira geral, ocorreu no país inteiro, através de diversas formas, sendo ele violento ou não. De acordo com Martins (1991), a expropriação se constitui como uma característica essencial para o crescimento do capitalismo. Expropriar faz parte da lógica de reprodução do capital. Assim, os meios de trabalho são tirados dos sujeitos para subjugar-los. E, necessariamente, os sujeitos expropriados têm de vender sua força de trabalho às exigências dos capitalistas, que possuem os meios de produção. Partindo desse entendimento, destaca-se que os processos de expropriação e exploração são combinados. Na década de 1970, se efetivou intensamente um “divórcio” entre os pequenos trabalhadores rurais e os seus meios de trabalho, no caso: a terra. Nas palavras de Martins:

A instauração do divórcio entre o trabalhador e as coisas que necessita para trabalhar – a terra, as ferramentas, as máquinas, as matérias-primas – é a primeira condição e o primeiro passo para que se instaure, por

sua vez, o reino do capital e a expansão do capitalismo. Essa separação, esse divórcio, é o que tecnicamente se chama de expropriação – o trabalhador perde o que lhe é próprio, perde a propriedade dos seus instrumentos de trabalho. Para trabalhar, terá de vender a sua força de trabalho ao capitalista, que é quem tem agora esses instrumentos (MARTINS, 1991, p. 50).

A lógica do capital, como se pode observar, é cruel: “expropriar para explorar”. Contudo, Martins ressalta algo relevante para refletir: na medida em que o capital cresce, ele também acumula contradições. Por esse viés, as contradições do capitalismo, por sua vez, geram tensões sociais, pois, nesse sistema, apenas uma minoria é privilegiada. Avançando nas reflexões, foi o que se processou em fins dos anos de 1970 quando, no campo e na cidade, as contradições do capitalismo estimularam a organização de diversos movimentos sociais, os quais iriam reivindicar e lutar por seus direitos historicamente negados.

Diante da situação alarmante que o quadro de concentração de terras no Brasil apresentava (e ainda apresenta), em que existiam poucas pessoas com muitas terras, de modo que a maioria destas eram improdutivas e tendo muitos indivíduos, que almejavam terra para trabalhar e sobreviver, os movimentos sociais no campo surgiam como forma de resistência a toda expropriação e exploração no campo.

Dentre os vários movimentos sociais no campo brasileiro daquele período, o mais representativo, em âmbito nacional, que nasceu no início dos anos de 1980, foi o MST. Conforme Bernardo Mançano Fernandes (1998), as referências históricas do Movimento são as ocupações de terras realizadas nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina e Minas Gerais, em fins da década de 1970. Das diversas ocupações, e no crescimento das formas de organização dos trabalhadores rurais sem-terra, aconteceu a fundação do MST em 1984, na cidade de Cascavel – PR.

Não se trata aqui de buscar as origens ou de fazer uma interpretação sobre a história do MST⁶, mas sim de evidenciar que não se pode desvincular o surgimento do

MST da situação política, econômica e social do Brasil na época. O Movimento não surgiu apenas da vontade do trabalhador rural, mas tem sua história configurada nas inúmeras contradições que o sistema capitalista gerava no campo. As suas ações, como um movimento social em prol da reforma agrária, foram de suma importância, coincidindo com um processo mais amplo de luta pela redemocratização do país.

O MST, por sua organização e pelo alcance de suas atuações, sobretudo, a partir da década de 1980, se firmou como um dos movimentos sociais mais expressivos na luta pela terra no país, se não for o mais expressivo. Contudo, percebe-se que o Movimento, no transcorrer de sua trajetória de existência, foi se transformando. Cristiani Bereta Silva (2004) destaca que o MST desde 1984 foi redimensionando seu projeto político e social e tomando outras formas. Não que ele tenha perdido algumas características e objetivos que lhes eram próprios na sua criação, mas assumiu novas práticas e metodologias de ação. Esse fato remete a um aspecto interessante no sentido de que estudar o MST é algo sedutor, porém é preciso ter cuidado para não estudá-lo partindo da premissa de que ele é um Movimento pronto e acabado.

Nas leituras de alguns materiais impressos pelo MST e de estudos sobre o Movimento nos últimos vinte anos, compreende-se que o Movimento em sua trajetória de lutas vem construindo outros olhares e preocupações para além da terra, como saúde, saneamento básico, educação, dentre outros elementos básicos para se viver nos assentamentos. Suas ações e discursos foram se modificando de acordo com o seu desenvolvimento político e ideológico.

Nessa perspectiva, a partir de quais momentos é possível observar os primeiros vestígios da preocupação do MST em relação à educação? Sabe-se que, na atualidade, uma das exigências constantes do Movimento para seus assentamentos é uma escola do campo, que privilegie as necessidades e a realidade dos sujeitos que vivem nestes espaços sociais. Deste modo, no presente trabalho buscar-se-á, por meio do *Jornal Sem Terra*, analisar os primeiros momentos em que o Movimento começa a sistematizar discursos e ações voltadas à educação do campo.

Reflexões históricas...

À medida que o historiador escreve seus textos por meio de fontes, e aqui utilizando-se de um jornal em específico, torna-se relevante fazer algumas reflexões sobre as fontes impressas. Tânia Regina de Luca (2005), escrevendo sobre a “história dos, nos e por meio dos periódicos,” oferece subsídios significativos para trabalhar com as fontes impressas. Por muito tempo, historiadores negligenciaram os periódicos como fontes para interpretar o passado. Este fato mudou por volta de 1970, quando as fontes impressas passaram a ser objeto de análise dos historiadores, deixando de ser mera fonte de informação.

Assim como todas as fontes, os periódicos também possuem tratamentos específicos. Eles, por vezes, são direcionados a um público alvo, e podem proporcionar muitas armadilhas ao historiador, caso o mesmo não tenha conhecimentos teóricos mínimos para trabalhá-las⁷. No caso do *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, suas publicações eram direcionadas aos próprios integrantes do Movimento, e para aqueles que se simpatizavam com as ações dos sem-terra. Por este viés, nota-se que as notícias intentam sempre enaltecer as ações do MST e emitir representações negativas sobre os considerados inimigos da reforma agrária. Não se encontrou nenhuma crítica em relação ao Movimento. Para tanto, necessita-se estabelecer um olhar crítico perante os periódicos, contextualizando as notícias e quem as produziu.

Quando se analisa jornais não se trata de descobrir se as notícias são verdadeiras ou falsas, mas interessa problematizá-las em qualquer circunstância, uma vez que as notícias não estão isoladas de um contexto histórico e sempre trazem uma intencionalidade. Não se quer com isso afirmar a rigidez das regras teóricas e metodológicas para se trabalhar com os jornais. Todavia, existem alguns aspectos importantes para analisar este tipo de fonte. Luca (2005) elucida em seu texto algumas questões metodológicas interessantes que merecem destaque. Um ponto sobre o qual o historiador precisa atentar-se na análise de periódicos é quanto sua materialidade, que não tem nada de natural. Neste sentido, este profissio-

nal necessita investigar como esta fonte foi construída e qual a sua funcionalidade.

Esta autora remete-se à reflexão de que ao trabalhar com jornais o historiador necessitará fazer uma análise dos discursos construídos nos impressos. Os discursos redigidos têm uma intencionalidade diante de determinado grupo, ou grupos. Luca enuncia também que não se deve trabalhar os jornais isolados de seu contexto, mas é preciso trabalhá-los no seu todo, não apenas com notícias esporádicas. Diante disso, o olhar crítico necessita ser inerente ao ofício do historiador na labuta com as fontes impressas e com qualquer outro tipo de fonte.

Como se pode observar, o MST não surgiu por acaso, ou de uma forma espontânea. Sua criação está vinculada ao processo de expropriação e exploração que trabalhadores rurais sofreram em fins da década de 1970. Ao longo de sua existência, sua organização política e ideológica, suas estratégias de luta e visões de mundo foram sendo redimensionadas. Na leitura do *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, publicados pelo Movimento entre os anos de 1984 a 1990, nota-se questões significativas para pensar os discursos do MST sobre diversos assuntos. Este jornal também proporciona refletir sobre o início do projeto político do MST no que diz respeito à educação, isto é, em relação à necessidade de organização de escolas nos assentamentos.

Ao analisar a dissertação de Sidiney Alves Costa (2002), é possível notar que o cuidado do MST com a educação em seus acampamentos e assentamentos foi paulatino, demonstrando certo amadurecimento político ao longo dos anos por parte do Movimento. Conforme este autor, em 1984, no início do seu nascimento, sua preocupação com a educação era bem restrita. As reivindicações sobre educação giravam mais em torno das crianças nos acampamentos.

Poucas notícias aparecem ligadas à questão educacional dos sujeitos integrantes do Movimento, o que hoje denominam “formação de quadros”. Observa-se, através de uma análise geral do *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, que entre os anos de 1984 a 1989, o Movimento estava centrado mais nos embates da luta pela terra, ocorridos nos diversos Estados brasileiros, sempre dando

destaques às ocupações, à força da organização coletiva para se conquistar a terra, e publicando entrevistas com pessoas que se simpatizavam com a causa.

As notícias eram voltadas mais aos acontecimentos políticos vinculados à reforma agrária, à violência no campo e às imensas críticas ao Estado. O olhar diante da educação era local, sem um projeto em nível mais amplo, em que a bandeira da educação iria ser incorporada no quadro organizativo do MST. Nota-se naquele momento que o MST estava germinando, lutando para se firmar enquanto um movimento social de luta pela terra no país.

Ao buscar compreender os discursos produzidos pelo MST em relação à educação, entre os anos de 1984 a 1990, o periódico estudado se tornou fonte reveladora, ao passo que feita uma análise das publicações neste período, pode-se entender as principais preocupações políticas do Movimento, bem como o redirecionamento de visão para questão da educação.

As notícias a respeito do I Congresso Nacional do MST, ocorrido no ano de 1985 em Curitiba – PR, quando dele participaram aproximadamente 1500 delegados (lideranças de trabalhadores rurais sem-terra), representando todos Estados brasileiros,⁸ é exemplo disso. O jornal mostra que, ao final do encontro, os delegados fizeram um documento com exigências do Movimento para o Governo Federal, o qual deveria ser entregue as autoridades fundiárias estaduais e federais e ao então futuro presidente da república na época Tancredo Neves.

Eram cinco questões contempladas no documento. Os assuntos denotam as preocupações centrais do Movimento na época, lembrando que em 1985, havia se passado apenas um ano de sua existência oficial. Mais do que isso, ele também estava lutando para se firmar no cenário nacional como um movimento social na luta pela terra.

As primeiras solicitações dizem respeito à questão da “distribuição e uso da terra”. Nelas é possível observar a centralidade da preocupação do MST no momento. A reforma agrária é exigida a todo o momento e os sujeitos sem-terra tinham como missão auxiliar a sua concretização. Cobrava-se do Estado uma flexibilidade maior dos

sujeitos sem-terra para participarem das decisões do Governo ao que se referia à questão fundiária do país. “Que seja realizada uma Reforma Agrária no Brasil com a plena participação dos trabalhadores”⁹. Neste período, por meio dos movimentos sociais, “novos” sujeitos entravam em cena na história política do país, como dissera Eder Sader (1988).

Diante das exigências reivindicadas pelo MST neste Congresso, nota-se que nos assuntos relacionados às “empresas multinacionais”, à “Colonização” e aos “órgãos governamentais de política fundiária”, o Movimento adotava uma postura radical, demonstrada quando MST e Estado não tinham uma boa relação. Nas diversas páginas do *Jornal Sem Terra*, impresso pelo MST na época, fica evidente que sua organização considerava o Governo como inimigo, um adversário a ser batido para se concretizar a reforma agrária. Para o MST, o Estado deveria desapropriar todas as terras das empresas multinacionais e proibir qualquer estrangeiro de adquirir terras no país. Percebe-se também o “nacionalismo” empreendido pelo Movimento, em que as terras do país deveriam apenas ser usufruídas pelos “filhos da terra”.

Em relação aos projetos de Colonização, o MST tinha como visão aboli-los da agenda do Estado. Assim, o Governo concentraria seus recursos para prestar assistência em todos os níveis aos projetos de colonização que já existiam. Provavelmente, o Movimento trazia este olhar pelo fato de que a maioria dos projetos de colonização empreendidos pelo Estado no século XX se configurou como um fracasso.¹⁰ No que diz respeito aos órgãos que cuidavam da questão fundiária, como o “Ministério de Assuntos Fundiários”, o MST é extremamente radical, no sentido de que este devia ser abolido, não auxiliando em nada para a concretização da reforma agrária.

Outra preocupação explicitada pelo MST, conforme o documento que vem sendo analisado, é quanto à “violência” que os trabalhadores rurais sem-terra estavam sofrendo no início da década de 1980. Na pauta de reivindicações, o Movimento exigia do Governo Federal que apurasse de forma mais consistente os assassinatos de sem-terras, punindo os responsáveis pelos crimes. A criação de um “Fórum de Justiça Agrária”, no interior do

Poder Judiciário, foi uma medida visualizada para que a investigação fosse mais ágil. Fazendo um paralelo ao contexto atual, percebe-se que a violência no campo, contra aqueles que lutam por um pedaço de chão para nele trabalhar e viver, ainda é algo preocupante. Basta analisar as publicações anuais da Comissão Pastoral da Terra sobre a “Violência no Campo”.

Em meio ao contexto vivido pelo MST naquela época, a educação ainda não estava sendo uma das preocupações centrais de sua organização. A educação não tinha ainda entrado como um dos pilares centrais nos discursos produzidos pelas lideranças do Movimento, mas encontrava-se no nível local, no cotidiano dos acampamentos e assentamentos.

Entre as notícias do jornal de setembro de 1987, encontra-se um pequeno espaço para falar sobre educação nos assentamentos. O título foi bem sugestivo quanto à perspectiva de educação preconizada pelo MST. “Educando para a Vida” eram as concepções do Movimento para a educação, ou seja, para além de uma educação formal. O Movimento pensava que as escolas nos assentamentos tinham de educar tomando por base as experiências de vida dos sujeitos. Deste modo, a educação nos assentamentos deveria contemplar as experiências vividas na luta pela terra, pois muitas crianças provavelmente estavam embrenhadas junto aos seus pais nos embates.

O MST e os sujeitos envolvidos com a educação nos assentamentos concebiam as escolas como espaços “diferentes”, ou seja, de saber institucionalizado e de saber prático. Nos assentamentos ligados ao Movimento no estado de Espírito Santo já se desenvolviam algumas atividades pedagógicas relacionando o conhecimento formal com a prática do trabalhador rural. Em muitos assentamentos deste Estado existia um espaço reservado para as escolas “diferentes”. Assim, “em quase todos os assentamentos do Espírito Santo já se contava com uma área de 1 hectare de terra, ao seu redor, onde os alunos plantam frutas, verduras, mandioca, ervas medicinais, etc., sob a supervisão dos professores e dos pais. Isso é chamado de ‘alternância’, momento em que a criança fica um período na escola e outro na roça; ou, um dia na escola e outro no trabalho”¹¹.

Percebe-se que o Movimento ainda não havia postulado um referencial teórico pedagógico para suas escolas, pelo menos não evidenciava isto. As escolas funcionavam mediante as próprias vivências dos grupos e conforme a sua realidade específica. Há que se destacar que a educação, neste momento, centrava-se nas crianças, não contemplando todos os sujeitos que integravam o MST.

É interessante ressaltar esta edição do jornal, pois nas anteriores não se constatou nenhuma menção à questão da educação nos assentamentos ligados ao Movimento. Provavelmente, a matéria foi publicada pelo fato de o grupo ter vivido experiências quanto à educação naquele ano. Na cidade de São Mateus – ES, entre os dias 27 a 30 de julho de 1987, realizou-se, pode-se dizer, o primeiro Encontro de Educação, organizado pelo MST.

Na análise do jornal pesquisado, no ano de 1987, através de alguns sujeitos engajados e preocupados com a educação nos acampamentos e assentamentos, o MST começou a direcionar com mais apreço o seu olhar para a educação. O encontro de educadores do Movimento, no estado do Espírito Santo, se caracterizou como um impulso inicial. No encontro foi elaborado um documento o qual foi enviado às lideranças, às secretarias estaduais do Movimento, bem como aos professores de assentamentos. Em tal documento ressalta-se a importância da educação na vida dos sujeitos e no avanço na luta dos trabalhadores. É cabível dizer que o MST já construía um projeto de educação pautado em três elementos: “vida”, “trabalho” e “luta” dos trabalhadores rurais sem-terra. Nesta perspectiva, os professores dos assentamentos tinham de ter um passado em comum com os sujeitos, mais especificamente, serem também assentados.

A pesquisadora Roseli Salete Caldart (1997) destacou que o ano de 1987, com o encontro de educadores do MST, realizado no Espírito Santo, foi fundamental para que o Movimento refletisse sobre questões relacionadas à educação. A partir do encontro, criou-se o Setor de Educação (SE), para auxiliar na implantação de escolas nos assentamentos e acampamentos do MST. O Movimento, com a iniciativa de algumas pessoas preocupadas e envolvidas com a educação, estava de certa forma traçando objetivos e sistematizando pedagogias viáveis às escolas do campo.

De acordo com Caldart, em 1988, evidencia-se com mais intensidade a preocupação em sistematizar o tipo de escola que o MST desejava para seus acampamentos e assentamentos. Prova disso foi à incorporação do Setor de Educação à estrutura organizacional do MST. O Movimento pretendia desenvolver uma pedagogia própria para as suas escolas, principalmente fundamentada nas concepções do educador Paulo Freire.¹² A visão que o MST enfatizava em suas escolas era a de ir além do ensino dos conteúdos formais, configurando-se também como um instrumento de libertação e conscientização política, mas partindo da realidade dos sujeitos¹³.

Prosseguindo nas reflexões, o ano de 1990 é significativo e crucial para pensar a relação do MST para com a educação em seus primeiros anos de existência. Costa (2002) salienta que a partir da década de 1990, o MST avançou face à questão da educação, momento em que ocorreu também certo redimensionamento em seu projeto político. O MST começou a postular o tipo de educação que deveria ser aplicado nas escolas do campo, com visão pautada numa escola diferente, que fornecesse todos os subsídios de aprendizagem, mas que contemplasse a realidade dos sujeitos. Conforme Caldart (1997), com a formação do Coletivo Nacional de Educação¹⁴ e o incentivo de se criar estes coletivos nos estados, foram sendo fomentadas práticas educacionais voltadas às escolas dos assentamentos.

O ano de 1990 se configura também como relevante para refletir sobre a preocupação do MST com a educação porque foi o ano em que aconteceu o seu II Congresso Nacional, realizado na cidade de Brasília, entre os dias 8 e 10 de maio, e contou com a presença de aproximadamente 10 mil trabalhadores rurais, sendo representantes de 19 Estados brasileiros em que o MST tinha se consolidado até o momento. O Movimento estava completando sete anos de existência, e desde 1984 havia empreendido diferentes ações como ocupações e passeatas em diversos estados do Brasil, no intuito de fazer pressão e acelerar desapropriações de áreas de terras improdutivas para que estas se transformassem em projetos de assentamentos de reforma agrária.

Ao analisar a edição de janeiro/fevereiro de 1990, do *Jornal Sem Terra*, atentando para as discussões e reivindicações do MST no transcorrer do seu II Congresso Nacional, percebe-

-se que a educação já se configurava como exigência nas negociações com o Estado, levando a refletir que o Movimento em meio aos embates pela reforma agrária direcionava seu olhar com mais apreço em torno da educação.¹⁵

Nesse sentido, torna-se possível dizer que o projeto político do MST também estava sendo redimensionado, de acordo com as experiências de lutas anteriores. À medida que a conquista da terra avançava e diversos assentamentos eram implantados, percebeu-se que só a terra não bastava para a vida dos sujeitos. Ela era o ponto de partida, entretanto era preciso conquistar outras questões para além da terra. O cuidado com a educação começava a surgir com mais intensidade. Ao final daquele Congresso, aprovou-se um documento contendo 56 exigências, que, posteriormente, foram entregues a representantes dos poderes Executivo e Legislativo em audiência concedida a lideranças do MST, no dia 10 de maio.

De maneira geral, as exigências elaboradas pelas lideranças do MST no Congresso pautaram-se em torno da aceleração do processo de reforma agrária, da suspensão dos despejos em ocupações, do andamento das desapropriações de latifúndios improdutivos, da violência no campo, da infraestrutura nos assentamentos, dentre outros assuntos que permeavam as lutas. Contudo, dentre as 56 exigências postuladas pelo MST é possível observar certo avanço nas discussões deste Congresso, se comparado ao primeiro realizado em 1985, no que diz respeito à educação, isto é, na organização de escolas nos assentamentos e acampamentos.

Dentre as medidas emergenciais, estava a exigência de que os governos federal, estaduais e municipais prestassem atendimentos aos acampados “fornecendo assistência médica, alimentação e escolas para todas as famílias”¹⁶. No que tange aos assentamentos, as solicitações do Movimento denotam uma especial atenção à necessidade de criação de escolas. As exigências iam desde a construção de escolas com infraestruturas adequadas, participação dos assentados na discussão dos currículos e na escolha dos professores, até convênios entre órgãos de Educação do Estado com universidades para a formação e especialização dos docentes, que exerceriam seu ofício nas escolas de assentamento. Abaixo, observam-se os três itens que contemplam essas exigências:

27 – Construção de escolas de primeiro grau em todos os assentamentos, com toda infra-estrutura necessária; implantação de escolas de segundo grau com especialização básica em técnicas agropecuárias e agilização dos processos de legalização das escolas já existentes nos assentamentos.

28- Participação dos assentados na discussão dos currículos e na seleção de professores que lecionarão nas escolas dos assentamentos.

29- Realização de Convênio entre o Mec e Faculdades ou Universidades para a formação e especialização de professores para lecionar nas escolas dos assentamentos, com supervisão dos trabalhadores¹⁷.

Nos itens citados, há evidências da preocupação do MST com a educação. As escolas passaram a ser direcionadas não só para as crianças, mas também para atender às próprias necessidades dos assentamentos, como a especialização básica em técnicas agropecuárias. Havia a preocupação por parte do Movimento com quem ensinaria nas escolas dos assentamentos. Não bastava apenas contratar professores. Era preciso escolher educadores que conhecessem os projetos e os assentamentos de reforma agrária e que se simpatizassem com a luta pela terra. A menção para a participação dos trabalhadores rurais sem-terra na elaboração do currículo é interessante de ser destacada, pois o Movimento se preocupava com o que deveria ser ensinado nas escolas, o que considerava ideal para uma educação do campo. Assim, o currículo necessitaria incluir conhecimentos que partissem da realidade dos assentados, sem negar os conhecimentos básicos necessários exigidos pelo Ministério da Educação (MEC).

Em relação aos convênios entre MEC e instituições de ensino superior, em prol da formação e especialização de professores para exercer seu ofício em assentamentos, o MST almejava formar seus próprios professores para lecionar nos assentamentos e acampamentos, fato este que vem se concretizando na atualidade.

A partir do “despertar” do Movimento para com a educação, principalmente, evidenciado em fins da década de

1980 e início dos anos de 1990, efetivamente no II Congresso Nacional, houve, no país, alguns encontros regionais entre professores assentados ligados ao Movimento. Cabe citar aqui o I Encontro de Professores de Assentamento da região Nordeste, ocorrido entre os dias 23 e 31 de julho na cidade de Itamaraju – BA. Participaram desse encontro professores vindo dos estados do Ceará, Piauí, Pernambuco, Alagoas, Bahia e Espírito Santo.¹⁸ Algo significativo que se encontra na matéria publicada pelo *Jornal Sem Terra*, que noticiava o referido encontro, é que além da troca de experiências e dos treinamentos para professores dos assentamentos, objetivou-se “conhecer e aprofundar a linha política que o Movimento tinha para a educação nos assentamentos.”¹⁹ Desta forma, compreende-se que por mais que não apareça nas publicações do MST na época, as lideranças do Movimento ligadas ao Setor da Educação começaram a se organizar, mesmo que por regiões, para traçar e discutir elementos teóricos para o tipo de educação que pretendiam nas escolas dos assentamentos.

Nota-se, também, que o Movimento adotava uma linha política para as escolas dos trabalhadores, ou seja, as escolas tinham de ser de fato “diferentes”, no sentido de ir ao encontro dos interesses do MST e da luta pela terra. Objetivava-se, no decorrer do processo histórico, que as escolas dos assentamentos proporcionassem aprendizados políticos para os estudantes, de forma que estes pudessem se reconhecer no processo histórico, fazendo uma análise social, política e econômica da sociedade brasileira.

Nos dias 8 e 9 de outubro de 1990, realizou-se outro encontro sobre educação, que auxilia a refletir sobre a problemática proposta neste trabalho. Foi o “Encontro de Educação do MST”, em São Paulo. Em uma página da edição de dezembro, do jornal analisado, dedicada para noticiar as ações do Movimento no estado de São Paulo, está em destaque o encontro citado. Em negrito e em destaque, abaixo do título da matéria é explicitado:

Coordenadores nacionais e assessores de educação dos sem terra se reuniram em São Paulo, em outubro para organizar as diversas experiências estaduais. Eles vão elaborar um documento com subsídios para discutir

as atividades futuras do setor nas bases. Sublinharam o caráter militante dos professores nos assentamentos²⁰.

A análise de tal notícia evidencia que se tratou de um encontro relevante para o Setor de Educação do Movimento, não só em nível nacional, mas em escalas estaduais e regionais, uma vez que das discussões e trocas de experiências vivenciadas ali foram traçados planos, desafios e metas para o Setor de Educação a nível nacional. O Movimento, por meio deste encontro, sistematizou um projeto de educação popular para as escolas de seus assentamentos. Educação esta que, conforme as palavras de Edigar (coordenador de educação na Regional do Nordeste) e Odilon (assessor de educação da Regional Sul), tinha concepções opostas à educação dita oficial. Segundo eles, esta era um tipo de educação burguesa. Cabe ressaltar que os discursos produzidos nesta matéria são de Edigar e Odilon, provavelmente sujeitos que estavam engajados com o Setor de Educação naquele momento. As suas falas foram registradas por Juan Pezzuto, membro do Conselho Editorial do jornal, composto também por Uelton Fernandes, Egídio Brunetto e Ademar Bogo.

Nesse encontro, estavam presentes lideranças dos Setores de Educação do MST de vários Estados e pedagogos ligados ao Movimento. Salienta-se que no início da década de 1990, diante dos embates para se concretizar como um movimento social nacional na luta pela terra, o MST buscava a sistematização de uma pedagogia educacional para a escola de seus assentamentos, a qual contemplasse o diálogo entre a teoria e a prática social. A proposta era trocar experiências entre as lideranças dos setores de educação dos Estados ali representados e, em um âmbito maior, de acordo com o desenvolvimento do MST, projetar e definir “objetivos de longo prazo na nossa (MST) educação popular”²¹.

Dentre os principais desafios que o Movimento encontrava para a escolarização dos sujeitos, nos acampamentos e assentamentos, estava a falta de capacitação pedagógica dos seus professores que, conforme um balanço apresentado neste encontro pelas lideranças presentes, 90% dos professores do MST que atuavam nos assentamentos até o ano de 1990 tinham apenas o primário, o que corresponde na atualidade à 4ª série. Neste sentido, “um dos prin-

cipais pontos é a capacitação: de emergência e a longo prazo. Todos os Estados necessitavam de alternativas para cursos de magistério, com formação completa”²². Este fato leva a fazer um paralelo com o documento elaborado ao final do II Congresso Nacional do MST, em que dentre as diversas reivindicações e exigências para os governos federal, estaduais e municipais, contemplava a preocupação em formar e especializar professores para trabalharem nas escolas de assentamentos.

Um ponto significativo ainda a ser refletido sobre as propostas discutidas no encontro de professores do MST em São Paulo, diz respeito ao fato de que além do ofício magisterial, o professor necessitava ser simultaneamente militante. Isso fica expresso em uma das falas: “Queremos transformar nossos professores em militantes. Há necessidade de fazer a formação política e ideológica. O ideal é fazê-la junto com os demais militantes do MST, procuramos compatibilizar os períodos de aulas em fins de semanas”²³. Observa-se a volta à discussão de que as escolas que o MST almejava para os assentamentos tinham de ter aspectos diferentes da chamada “escola tradicional urbana”. Nesse sentido, os professores também tinham de ser militantes, desenvolvendo a formação política e ideológica dos estudantes.

Sobre os discursos dos educadores do Movimento naquele encontro, é possível observar que o MST, na época com seis anos de criação, já apresentava certa preocupação com as escolas dos assentamentos, tendo preocupação também com quem iria ensinar os estudantes, pois o seu projeto político e ideológico não poderia sofrer influências de docentes que não se simpatizavam com suas ideias e com a luta pela terra. Compreende-se que a organização de o projeto de educação popular empreendido pelo Movimento privilegiava, de certa forma, uma visão enfática à luta de classes, entre burguesia (latifundiários) e trabalhadores rurais sem-terra.

Considerações Finais

Analisando as publicações do *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (1984-1990), relacionadas ao olhar do MST para com a educação, como, por exemplo, no encontro de professores sem-terras, que se realizou na região Nordeste, e no encontro de Educação do MST, que ocorreu em São Paulo, não se pretende aqui generalizar e dizer que o Movimento como um todo, em suas atuações nos diversos estados brasileiros, já carregava em seus discursos a educação como um dos pilares de sua política. Em diversas publicações, além do jornal analisado, como a *Revista Sem Terra* e algumas cartilhas produzidas pelo Movimento, até 1990, não se encontram muitas mobilizações em torno da discussão de uma proposta de educação para os acampamentos e assentamentos.

Entretanto, compreende-se que em meio à trajetória de lutas que o MST enfrentou em seus primeiros seis anos, houve um avanço significativo no que diz respeito à ocupação do Movimento com a educação nos assentamentos. A partir da criação do Setor de Educação, em 1987, das exigências e reivindicações redigidas em seu II Congresso Nacional e nos encontros de educadores discutidos no texto, observam-se diversas evidências de que o Movimento começava a pensar em uma luta para além da terra. Por meio das análises do jornal pesquisado, o ano de 1990 marca definitivamente o despertar do MST na elaboração de um projeto de educação para as escolas do e no campo.

Notas

¹ Quando se utiliza o termo “educação”, está se aludindo a uma educação escolarizada, com princípios pedagógicos e que contemple conhecimentos científicos. Não se refere à educação informal, pois se entende que o ato de viver acampado na luta pela terra já é um aprendizado para os sujeitos, que, muitas vezes, escapa do entendimento dos pesquisadores.

² Quando se escreve “Movimento” com letra maiúscula no texto, refere-se ao MST.

³ Os exemplares do *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* analisados neste trabalho foram capturados no site www.arzamemoria.com.br. Este site foi construído por meio de uma iniciativa coletiva, em que o intuito é a democratização de diversos tipos de fontes para facilitar a pesquisa e conhecimento da memória histórica. Nele, estão reunidos, de forma digital, coleções de periódicos, depoimentos, livros, vídeos, áudios, artigos, documentos e imagens. As fontes estão separadas em centros de referências temáticos. Na efetivação do trabalho, consultou-se o eixo temático “luta pela terra”, que contém a coleção do jornal referido entre os anos de 1984 a 2008.

⁴ O *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* é o desdobramento de um boletim chamado “*Boletim Sem Terra*”, publicado de forma mimeografada entre os anos de 1981 e 1984. Esse boletim foi organizado a partir da iniciativa de grupos que se solidarizavam e prestavam assessoria aos trabalhadores rurais sem-terra no estado do Rio Grande do Sul, sobretudo, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), universitários de Porto Alegre e Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul (MJDH). O *Boletim Sem Terra*, no princípio, fora criado para divulgar a luta dos trabalhadores no acampamento Encruzilhada Natalino, bem como conseguir ajuda de grupos solidários à causa dos sem-terra. Enfim, divulgar e tentar agregar pessoas e grupos solidários para ajudar a sanar as necessidades dos acampados. No caso, o *Boletim Sem Terra* se transformou, na virada do ano de 1983 e 1984, em *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Ver: PERLI, Fernando. **Sem Terra**: de boletim a tablóide. Um estudo do *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* – entre a solidariedade e a representação (1983-1987). 2002. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista – UNESP, Assis; e **A Luta Divulgada**: um Movimento em (in) formação – estratégias, representações e política de

comunicação do MST (1981-2001). 2007. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista – UNESP, Assis.

⁵ Mesmo que na atualidade José de Souza Martins tenha revisto algumas de suas posições em relação aos movimentos sociais no campo como o MST, e a reforma agrária, os seus textos mais recentes ainda trazem contribuições relevantes para o entendimento das problemáticas no campo. Martins escreveu obras relevantes para compreender a política no campo e os movimentos sociais entre as décadas de 1960 e 1980, dentre elas destacam-se: **“Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo histórico”** (1983) e **“Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo”** (1989). Mais recentemente, escreveu a obra **“Reforma Agrária: o impossível diálogo”** (2000).

⁶ Sobre a formação, desenvolvimento e trajetória de lutas do MST, ver: BORGES, Maria C. **De pobres da Terra ao Movimento Sem Terra: práticas e representações camponesas do Movimento Sem Terra no Pontal do Paranapanema – SP**. 2004. 391 f. Tese (Doutorado em História). Faculdades de Letras e Ciências Humanas. Universidade Estadual Paulista, Assis; BRANFORD, Sue; ROCHA, Jan. **Rompendo a Cerca: a história do MST**. São Paulo: Casa Amarela, 2004; FERNANDES, Bernardo M.; STEDILE, João P. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005; FERNANDES, Bernardo M. **Contribuição ao Estudo do Camponato Brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979-1999)**. 1999. 316 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, São Paulo; _____. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000; Émerson N. da. **Formação e ideário do MST**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004; e SILVA, Cristiani B. da. **Homens e Mulheres em Movimento - Relações de Gênero e Subjetividades no MST**. Florianópolis: Momento Atual, 2004.

⁷ Na historiografia brasileira, existe um número considerável de pesquisadores que vem se dedicando a estudar e refletir sobre questões teóricas e metodológicas que envolvem a relação “História e Imprensa”. No Brasil, pode-se dizer também que existe um grupo considerável de pesquisadores estudando fenômenos históricos, se utilizando da imprensa como fonte e objeto. Ver: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008; .

_____. **Imprensa e Cidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2006; LUCA, Tania Regina de. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: Editora UNESP, 1999; _____. **História dos, nos, e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153; CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980; e NEVES, Lúcia Marias Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (Orgs). **História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

⁸ *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, Porto Alegre, fevereiro de 1985, Ano III – Nº 42, p. 19.

⁹ *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, Porto Alegre, fevereiro de 1985, Ano III – Nº 42, p. 19.

¹⁰ Sobre a política dos projetos de colonização empreendidos pelo governo de Getúlio Vargas na terceira década do século XX ver: LENHARO, Alcir. **Colonização e trabalho no Brasil: a Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste**. 2ª Ed, Campinas: Ed. UNICAMP, 1986.

¹¹ *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, São Paulo, Setembro de 1987, Ano VI – Nº 66, p. 15.

¹² Para compreender as concepções pedagógicas de Paulo Freire, ver: **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

¹³ Sobre as propostas pedagógicas, e o perfil de Educação que o MST vem sistematizando para as escolas do e no campo, ver: CALDART, Roseli S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis: Vozes, 2000; e *A Escola do Campo em Movimento*. **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, p. 60-81, jan/jun 2003. ISSN 1645-1384. Disponível em: <www.curriculosemfronteira.org>. Acesso em: 23 de set. de 2008.

¹⁴ O “Coletivo Nacional de Educação” é um setor dentro dos quadros de organização do MST, responsável por elaborar propostas pedagógicas que dizem respeito às escolas dos assentamentos.

¹⁵ *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, São Paulo, janeiro/fevereiro de 1990, Ano X – Nº 91.

¹⁶ *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, São Paulo, janeiro/fevereiro de 1990, Ano X – Nº 91, p. 11.

¹⁷ *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, São Paulo, janeiro/fevereiro de 1990, Ano X – Nº 91, p. 13.

¹⁸ *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, São Paulo, julho/agosto de 1990, Ano IX – Nº 95, p. 20

¹⁹ *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, São Paulo, julho/agosto de 1990, Ano IX – Nº 95, p. 20

²⁰ *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, São Paulo, dezembro de 1990, Ano IX – Nº 99, p. 9.

²¹ *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, São Paulo, dezembro de 1990, Ano IX – Nº 99, p. 9.

²² *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, São Paulo, dezembro de 1990, Ano IX – Nº 99, p. 9.

²³ *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, São Paulo, dezembro de 1990, Ano IX – Nº 99, p. 9.

Fontes

Jornal dos Trabalhadores Sem Terra, Porto Alegre, fevereiro de 1985, Ano III – Nº 42.

Jornal dos Trabalhadores Sem Terra, São Paulo, Setembro de 1987, Ano VI – Nº 66.

Jornal dos Trabalhadores Sem Terra, São Paulo, janeiro/fevereiro de 1990, Ano X – Nº 91.

Jornal dos Trabalhadores Sem Terra, São Paulo, julho/agosto de 1990, Ano IX – Nº 95.

Jornal dos Trabalhadores Sem Terra, São Paulo, dezembro de 1990, Ano IX – Nº 99.

Referências Bibliográficas

BORGES, Maria C. *De pobres da Terra ao Movimento Sem Terra: práticas e representações camponesas do Movimento Sem Terra no Pontal do Paranapanema – SP*. 2004. 391 f. Tese (Doutorado em História). Faculdades de Letras e Ciências Humanas. Universidade Estadual Paulista, Assis.

BRANFORD, Sue; ROCHA, Jan. *Rompendo a Cerca: a história do MST*. São Paulo: Casa Amarela, 2004.

CALDART, Roseli S. *Educação em Movimento: formação de educadoras e educadores no MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. “A Escola do Campo em Movimento”. *Currículo sem Fronteiras*, v.3, n.1, p. 60-81, jan/jun 2003. ISSN 1645-1384. Disponível em: <www.curriculosemfronteira.org>. Acesso em: 23 de set. de 2008.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

COSTA, Sidiney Alves. *Os sem terra e a educação: um estudo da tentativa de implantação da proposta pedagógica do MST no estado de São Paulo*. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

FERNANDES, Bernardo M.; STEDILE, João P. *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. 3ª Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

FERNANDES, Bernardo M. *Gênese e Desenvolvimento do MST. Caderno de Formação*. Nº 30. São Paulo: Editora Perez, 1998.

_____. *Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979-1999)*. 1999. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, São Paulo.

- _____. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.
- GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo*. Petrópolis: Vozes, FASE, 1987.
- LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: a Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. 2ª Ed, Campinas: Ed. UNICAMP, 1986.
- LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- _____. História dos, nos, e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.
- MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- _____. *Imprensa e Cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- MARTINS, José de Souza. *Reforma Agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- _____. *Expropriação e Violência: a questão política no campo*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1991.
- _____. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo histórico*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes. 1983.
- _____. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- NEVES, Lúcia Marias Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (Orgs). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.
- PERLI, Fernando. *Sem Terra: de boletim a tablóide. Um estudo do Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – entre a solidariedade e a representação (1983-1987)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista – UNESP, Assis.
- _____. *A Luta Divulgada: um Movimento em (in) formação – estratégias, representações e política de comunicação do MST (1981-2001)*. 2007. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista – UNESP, Assis.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970 – 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SILVA, Cristiani Bereta da. *Homens e Mulheres em Movimento - Relações de Gênero e Subjetividades no MST*. Florianópolis: Momento Atual, 2004.
- SILVA, José Graziano da. *A Modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- SILVA, Êmerson N. da. *Formação e ideário do MST*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004